

Base política é provisória

Além da luta que o Governo trava no "front" eleitoral e que, longe de encerrar-se com as apurações, deverá aprofundar-se após a posse dos governadores eleitos, o presidente Fernando Collor, graças a um presente que recebeu do presidente Mário Soares, de Portugal, não ignora que o "status quo" estabelecido pelo senador Jarbas Passarinho — ministro da Justiça e seu coordenador político — não oferece nenhuma segurança duradoura, para preservar os interesses governamentais no Congresso.

O presente de Mário Soares foi o volume do "Dicionário de Política", coordenado pelos professores italianos Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, mas escrito por dezenas de especialistas em Ciência Política.

O "status quo" parlamentar proposto por Passarinho consiste na criação de uma trincheira de resistência governista no Senado, contra as decisões da Câmara, julgadas antigovernistas.

Graças ao poder de veto da bancada de senadores situacionistas — usado como o "Niet" da URSS, no Conselho de Segurança da ONU, ao tempo em que soviéticos e americanos ali se desentendiam —, Passarinho já evitou algumas derrotas parlamentares, que deixariam o Governo em má situação perante a opinião pública.

Mas, por quanto tempo o Senado poderá continuar opondo-se à Câmara dos Deputados? A resposta está no livro que Soares deu de presente a Collor, sob o verbete "Bicameralismo", assinado pelo professor Nino Olivetti.

Fenômeno dinâmico

"Em particular, para que certas exigências sejam plenamente satisfeitas e o bicameralismo se revele como um fenômeno dinâmico — diz Olivetti — não basta a exis-

tência de duas Câmaras; é necessário que suas vontades confluam para uma única vontade".

Portanto, no plano prático, segundo reconhece o próprio senador Ney Maranhão, líder do PRN e porta-voz do Governo no Senado, o confronto entre as duas casas legislativas não pode perdurar indefinidamente, sob pena de criar o impasse político e jurídico ou mesmo institucional no País.

Guerra

Apesar da delicadeza da situação, o quadro pode agravar-se ainda mais, pois a bancada situacionista está decidida a tentar conduzir à presidência do Senado o representante de um dos pequenos partidos simpáticos ao Governo, mas circunstancialmente reunidos em bloco, para aquele fim específico. Nesse caso, como reconhecem os senadores Mário Covas (PSDB-SP), Humberto Lucena (PMDB-PB) e Jamil Haddad (PSB-RJ), estará declarada a guerra política no Senado. E esta Casa poderá ficar paralisada pela obstrução ou estará sujeita a constantes provocações causadas por iniciativa da oposição, que levem o bloco-bancada governista a desgastar-se perante a opinião pública, por opor-se sistematicamente a medidas de interesse popular. Em consequências, isto será a negação do bicameralismo.

Aparentemente, de acordo com os líderes governistas no Senado, a atual situação de confronto, entre esta Casa e a Câmara, é provisória. O Palácio do Planalto espera ampliar sua margem de adesões de senadores, na próxima legislatura, mas essa hipótese — a juízo dos políticos — depende fundamentalmente dos resultados eleitorais de hoje, no pleito de governadores e que, segundo mostram as pesquisas, não devem ser muito favoráveis ao presidente da República. (R.A.L)